

Grupo Informal de História Medieval  
Universidade do Porto, Faculdade de Letras  
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal  
[www.gihmedieval.com](http://www.gihmedieval.com)

## ***Incipit 6***

# ***Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2017***

COORDENADORES

**André Silva**

*CITCEM – Universidade do Porto*

*CIDEHUS – Universidade de Évora*

**Carlos Teixeira**

*CITCEM – Universidade do Porto*

**João Martins Ferreira**

*CEPESE – Universidade do Porto*

**Leandro Ferreira**

*CEPESE – Universidade do Porto*

**Mariana Leite**

*Instituto de Filosofia – Universidade do Porto*

Porto, 2018

Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

ISBN: 978-989-54104-2-2

**Apoio:**

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

**F**

Instituto de Filosofia



**U. PORTO**

**AEFLUP**

## **Ficha técnica**

Título: Incipit 6. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2017

Coordenadores: André Silva, Carlos Teixeira, João Martins Ferreira, Leandro Ferreira, Mariana Leite

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2018

ISBN: 978-989-54104-2-2

Capa: Flávio Miranda

Composição e paginação: André Silva

Grupo Informal de História Medieval

Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

[www.gihmedieval.com](http://www.gihmedieval.com)

## O tabelionato régio portuense quatrocentista: algumas ideias para o seu estudo

*Ricardo Seabra<sup>1</sup>*  
*Universidade do Porto*

### **Resumo:**

Esta investigação em desenvolvimento aborda o notariado público da cidade e termo do Porto no século XV. A sua base consiste principalmente em fontes primárias inéditas e publicadas depositadas em vários arquivos e bibliotecas nacionais, e tem como escopo o estudo dos actos jurídicos escritos por esses oficiais num ponto de vista diplomático e tipológico. O nosso propósito é conhecer os tabeliães públicos portuenses, a sua actividade profissional, o seu estatuto socioeconómico, a extensão do seu património, identificar as suas redes clientelares e determinar as suas ligações com o poder municipal e régio, assim como o seu papel na hierarquia urbana.

### **Palavras-chave:**

Notariado público, Diplomática Notarial, Porto, Século XV

### **Abstract:**

This ongoing research takes an approach on the activity of the notaries public in Porto, in the 15<sup>th</sup> century. The basis of this research consists mainly in the consultation of primary sources both unedited and published deposited in several national archives and libraries. Our purpose is to know who were the notaries public in Porto and what was their socio-economic status, their kinship, the extension of their assets, to identify their clientele networks and connections to the royal and city council powers, as well as to determine their role in the urban hierarchy.

### **Keywords:**

Notary public, Notarial Diplomats, Porto, 15<sup>th</sup> century

No ano lectivo 2008/09 tivemos a oportunidade de beneficiar de uma bolsa de Iniciação à Investigação, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, que visava a transcrição de alguma documentação notarial depositada no Cartório do Cabido da Sé do Porto, no Arquivo Distrital desta mesma cidade. Nessa altura, entrámos em contacto pela primeira vez com o mundo notarial, tanto no que diz respeito aos actos como aos seus agentes produtores. O nosso interesse sobre este tema, o tabelionato régio na cidade do Porto, resultou numa tese de mestrado que se debruçou cronologicamente nos séculos XIII e XIV. Neste processo, fomos progressivamente confirmando a inexistência de estudos tanto de carácter parcelar como monográfico, e consequente falta de levantamento de tabeliães régios, que pudessem dar a conhecer este grupo social, cuja importância não deixou de aumentar ao longo de todo o medievo português.

Continuando o trabalho encetado há alguns anos, neste momento estamos a realizar um projecto de doutoramento intitulado: “Tabelionato régio na cidade do Porto e no seu termo no século XV”. Contudo, o foco da pesquisa é numa cronologia posterior e num espaço mais alargado, relativamente à dissertação de mestrado.

De forma a considerarmos o progresso evolutivo do objecto em estudo, concretamente, procuraremos entender se durante este século de importantes transformações políticas, culturais e mentais, houve uma modificação dos padrões de actuação do notariado público, e se em caso afirmativo, quais as possíveis repercussões da complexificação das estruturas da coroa no tabelionato. Teremos também em conta

---

<sup>1</sup> Bolseiro de doutoramento FCT (SFRH/BD/101542/2014) FLUP/CITCEM.

o crescimento significativo da cidade do Porto nesse período, sobretudo com o comércio internacional. No fundo, um século que necessitava cada vez mais de recurso à escrita e aos tabeliães, que não poderiam estar desligados da vida socioeconómica.

No que diz respeito ao alargamento do espaço, está directamente relacionado com o aumento do termo subordinado à urbe portuense no início do reinado de D. João I, de Norte a Sul, entre o Rio Ave e Santa Maria da Feira, e de Oeste a Este, entre a costa litoral e Penafiel<sup>1</sup>. Não poderíamos conhecer o notariado público portuense tardomedieval, se não o acompanhássemos geograficamente.

Não pretendendo ser exaustivos, em parte pela grande quantidade de estudos sobre o notariado público pela historiografia internacional, ressaltamos alguns autores que se dedicaram a este tema.

Em Itália, historiadores como Giorgio Costamagna, Mario Amelotti e Vito Piergiovanni foram os primeiros a abordar a instituição notarial como objecto de estudo, e não apenas como uma ferramenta de análise para extracção de informação. Estudaram a origem e a evolução das práticas notariais sendo que a pluralidade de perspectivas de análise se centrou no aspecto diplomático, e no perfil social e económico do notário. Génova e Bolonha ocupam lugares de destaque, com relevo para a evolução das práticas notariais<sup>2</sup> os formulários estudados por Gianfranco Orlandelli<sup>3</sup>, e para os actos notariais por Giorgio Tamba<sup>4</sup>. Salientamos uma obra monográfica exclusivamente sobre novas metodologias no domínio de autografias medievais notariais, que veio à estampa em Fevereiro deste ano<sup>5</sup>.

Nos últimos trinta anos, a historiografia francesa incidiu sobretudo na autenticação dos actos privados, na quantificação de oficiais em diversas localidades, e, particularmente, no valor dos notários na sociedade. Pierre Chaunu, Jean Paul Poisson e Jean Luc Laffont foram alguns dos historiadores que mais se dedicaram a essas perspectivas de estudo.

Em Espanha, a Universidade de Sevilha ocupa a vanguarda da historiografia notarial. Os vários trabalhos monográficos e parcelares de María Luisa Pardo e Pilar Ostos Salcedo, que completam as grandes abordagens feitas por José Bono, assim como mais recentemente dos seus orientandos, não se debruçaram somente sobre a análise da urbe andaluza mas também sobressa mesma Província. Para Castela e Leão, existem estudos de carácter monográfico que se ocupam sobre temáticas relativas à actividade notarial para cada reinado do século XV. As vertentes de estudo são direccionadas não só para a instituição notarial e para as nomeações de tabeliães, mas também para o aspecto legislativo, produção documental e diplomática. Na Catalunha, a publicação, edição e catalogação dos documentos da actividade notarial é, desde a década de 1970, uma das grandes preocupações dos diplomatas, proliferando catálogos, crónicas e manuais.

Em Portugal, João Pedro Ribeiro (1758-1839) foi o primeiro a debruçar-se sobre o tema do notariado público medieval<sup>6</sup>, tendo sido seguido apenas muito mais tarde por

---

<sup>1</sup> José Manuel Garcia e Francisco Ribeiro da Silva, *Forais manuelinos do Porto e seu termo*. (Lisboa: Inapa, 2001), 8.

<sup>2</sup> Giovanna Nicolaj, “Documento privato, le origini”, *Notariado Publico y Documento Privado: de los orígenes al siglo XIV – Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática*, (Valencia, 1986), 973-990; e Silio Scalfati, *Un formulario notariale fiorentino della mettá del Dugento* (Firenze: Edifir, 1997).

<sup>3</sup> Gianfranco Orlandelli, “Documento e formulari bolognese da Irnerio alla “Colectio Contractuum” di Rolandino”, *Notariado Publico y Documento Privado: de los orígenes al siglo XIV – Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática*, (Valencia, 1986), 1009-1036

<sup>4</sup> Giorgio Tamba, *Una corporazione per il potere: il notariato a Bologna in età comunale*. (Bologna: Cooperativa libreria universitaria editrice Bologna, 1998)

<sup>5</sup> *Autographa I.2 Giuristi, giudici e notai (sec. XII-XV)* A cura di Giovanna Murano Introduzione di Andrea Padovani (Imola: Editrice La Mandragora, 2016)

<sup>6</sup> João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e Críticas sobre a história e jurisprudência ecclesiástica e civil de Portugal*. (Lisboa: Academia Real das Ciências, 1860-1896)

Henrique da Gama Barros (1833-1925)<sup>1</sup>, José Leite Vasconcelos (1858-1941)<sup>2</sup>, e Jorge Alarcão<sup>3</sup>.

A partir da década de 1980 assistimos a uma nova fase de crescimento científico<sup>4</sup>. No entanto, foi Bernardo Sá Nogueira o responsável pelo estudo de maior fôlego sobre o tabelionato nacional, dedicando-se à sua génese e implantação<sup>5</sup>. Este mesmo autor é o responsável pela realização<sup>6</sup> e orientação<sup>7</sup> de vários trabalhos sobre o notariado público medieval. Referência ainda para diversas perspectivas de estudo baseadas na legislação

---

<sup>1</sup> Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XIII-XV*. 2ª edição. (Lisboa: Sá e Costa, imp. 1945)

<sup>2</sup> José Leite de Vasconcelos, “Sinais medievais de tabelião: séculos XI-XIII”, *Archeologo Português*, 24, (1920): 12-23.

<sup>3</sup> Jorge de Alarcão, “Emolumentos do tabelionato medieval português: uma tabela inédita”, *Revista Portuguesa de História*, VII, (1959): 299-305.

<sup>4</sup> Sobre temáticas variadas veja-se Eduardo Borges Nunes, “Martim Martins, primeiro tabelião de Guimarães”, *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. IV, (Guimarães, 1981); Isaiás da Rosa Pereira “O tabelionato em Portugal, *Notariado Público y Documento Privado: de los orígenes al siglo XIV – Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática, Valencia, 1986*.” (Valência, 1989): 615-690; Maria Cristina de Almeida e Cunha, “Alguns tabeliões do Algarve durante a Idade Média” *Revista de História*, vol.7. (Porto: Universidade do Porto. Centro de História, 1987): 151-58; Maria José Azevedo dos Santos, “Alguns aspectos do tabelionato em Coimbra (séculos XIV-XV). *Separata do «Arquivo Coimbrão»*, 34-35, (1993):5-29; Maria Helena da Cruz Coelho, “Os tabeliões em Portugal, perfil profissional e sócio-económico”, *Estudos de Diplomática Portuguesa*. (2001): 93-137. (Lisboa: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra); Maria do Rosário Barbosa Morujão, *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010); Saul António Gomes, “O Notariado Medieval Português. Algumas notas de investigação”, *Hvmanitas*, Vol. LII (2000): 241-286, e do mesmo autor, “Percepções em torno da história do tabelionato medieval português”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 5, (2005):81-100.

<sup>5</sup> Bernardo Sá Nogueira, *Tabelionato e instrumento público em Portugal: génese e implantação: (1212-1279)*. (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008).

<sup>6</sup> Entre os quais, o estudo da implantação do tabelionato nos centros urbanos de jurisdição das ordens militares (“Primeiros tabeliões nas vilas do reino de Portugal sob jurisdição das ordens Militares (1212-1279)”, *Guerra, Religião, Poder e Cultura. III Encontro sobre Ordens Militares. Actas*, 2, (1998):175-85; a chancelaria da Ordem de Avis e o notariado público (“A chancelaria da ordem de Avis nos séculos XIII. Notas de Diplomática e Sigilografia”, *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. (2005):169-180; um tipo diplomático específico escriturado por tabeliões lisboetas (“Intervenção da corte régia no enquadramento do comércio lisboeta (1276-1279), documentada por instrumentos notariais de composição”, *II Colóquio Nova Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade (9-11 de Dezembro de 2004)*. *Actas*, (Lisboa: Livros Horizonte, 2007); a articulação entre notariado e elites urbanas (“Tabelionato e elites urbanas no Portugal ducentista (1212-1279)”, in *Elites e redes clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, ed. de Filipe Themudo Barata, (Lisboa: Edições Colibri/Centro Interdisciplinar da História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2000): 211-20, e a questão do exercício do ofício tabeliônico por membros do clero (“Exercício do ofício tabeliônico por clérigos no Portugal ducentista – problemas de acumulação e incompatibilidade”, *Lusitania Sacra*, nova série, t.13-14 (2001-2002):467-476.

<sup>7</sup> João Paulo Oliveira Fresco “O tabelião lisboeta Afonso Guterres: reconstituição e análise diplomatística da sua actividade de escrituração (1400-1441)”. (Diss. Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006). Mais recentemente Maria Leonor Dias Antunes Barata Garcia “O tabelionato escalabitano na transição do século XIV para o século XV: estudo diplomatístico” (Diss. Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2011), e também João Maia Romão, “Tabelionato e tabeliões nos livros de chancelaria de D. Afonso V” (Diss. Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2014).

disponível sobre o notariado, nomeadamente as Ordenações<sup>1</sup>, como também centradas no campo heráldico<sup>2</sup> ou até no âmbito epistemológico<sup>3</sup>.

Para os séculos XIV e XV, o tabelionato foi tema de análise para os casos de Bragança<sup>4</sup>, Braga<sup>5</sup>, Lamego<sup>6</sup>, Arouca<sup>7</sup>, e Santarém<sup>8</sup>, entre outros<sup>9</sup>, em estudos de carácter monográfico.

Maria João Oliveira e Silva, ao apresentar um estudo sobre a chancelaria episcopal do Porto<sup>10</sup>, e Adelaide Pereira Millan Costa, na dissertação sobre relações de Poder no burgo portuense<sup>11</sup>, fornecem alguns elementos com interesse para o estudo do notariado régio<sup>12</sup>, sem, no entanto, se lhe referirem de um modo sistemático. Sobre os tabeliões públicos do Porto há apenas um artigo<sup>13</sup>, o que justificou uma abordagem mais alargada sobre os tabeliões públicos do rei na cidade no século XIV<sup>14</sup>. Continuam ainda por conhecer a importância do tabelionato e suas relações com a sociedade portuense do final da Idade Média, bem como com a região em que exercia a sua actividade.

A investigação iniciar-se-á com um enquadramento teórico, que inclui uma abordagem à legislação medieval sobre o ofício do tabelionato, partindo das Ordenações Afonsinas, mas não esquecendo outros diplomas régios sobre o assunto promulgados por vários monarcas. Neste enquadramento serão também referidas perspectivas actuais de análise sobre o estatuto económico, social e profissional dos notários públicos em vários espaços. No seguimento destas perspectivas será tida em conta a evolução da instituição

---

<sup>1</sup> José Bono y Huerta, “La ordenación notarial en las Ordenações Afonsinas”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época: actas, vol. I, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*, (1989): 145-170, e Duarte Gonçalves “O Tabelionato no Portugal Moderno: uma Perspectiva sobre o Tabelionato através das Ordenações Filipinas e outras Considerações”. *Sapiens: Património, História e Arqueologia*, 3/4 (2010): 27-39.

<sup>2</sup> Leonor Calvão Borges, “Símbolos heráldicos em sinais de tabelião: elementos de estudo”, *Armas e Troféus: Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, 9, (2013): 269-81.

<sup>3</sup> Stephen Parkinson “Os tabeliões, o seu título e os seus documentos”, *Boletim de Filologia*, 25, (1976-1979): 185-212

<sup>4</sup> Maria Cristina de Almeida e Cunha, “Tabeliões de Bragança no século XIV”, *Estudos em Homenagem ao Professor José Marques*, 3, (2006): 313-24.

<sup>5</sup> Maria Cristina de Almeida e Cunha, “Tabeliões bracarense no século XIII”, in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional Comemorativo – Actas*. Braga:(1990) :249-65. Da mesma autora vejam-se os trabalhos dedicados à Ordem de Avis, Maria Cristina Almeida e Cunha e Maria Cristina Pimenta, “A Comenda de Albufeira da Ordem de Avis nos inícios do século XV: breve abordagem” in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, (Loulé, 1, 1987) : .305-47, e também Maria Cristina Almeida e Cunha, “A Comenda de Oriz da Ordem de Avis”, *Bracara Augusta*, 40, (1989) :5-77.

<sup>6</sup> Anísio Miguel de Sousa Saraiva, “Tabeliões e notários de Lamego na primeira metade do séc. XIV”. *Humanitas*, 50, (1998): 588-624.

<sup>7</sup> Luís Miguel M.J. Rêpas, “O Mosteiro de Arouca. Os documentos escritos como fonte de conhecimento (1286-1299)”. *Humanitas*, 50, (1998).

<sup>8</sup> Luís António Mata, “Alguns profissionais da escrita na Santarém de quatrocentos”, *Revista Portuguesa de História*, 32, (1997-1998):149-182.

<sup>9</sup> Veja-se alguma bibliografia já citada na nota 10.

<sup>10</sup> Maria João Oliveira e Silva, *A escrita na Catedral: A Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média (Estudo Diplomático e Paleográfico)*. (Lisboa : CEHR - Centro de Estudos de História Religiosa, 2013).

<sup>11</sup> Adelaide Pereira Millán Costa, “Projeção espacial de domínios das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)”. (Diss. Doutoramento, Universidade Aberta de Lisboa, 1999).

<sup>12</sup> Sobre o notariado apostólico nesta cidade veja-se Dora Farinha, “Os notários apostólicos na documentação do Cabido da Sé do Porto 1425-1543”.( Dissertação de Mestrado Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015.)

<sup>13</sup> Joaquim Lopes e Ricardo Seabra, “Documentação Notarial e Tabeliões Públicos no Porto na centúria de Trezentos”. *CEM/cultura, espaço & memória*, 3, (2012):209-226.

<sup>14</sup> Ricardo Seabra, “Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionato no Porto medieval (1242-1383)”(Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2012).

notarial portuense, definindo as raízes anteriores e os possíveis progressos da actividade. O enfoque ultrapassará os actos escriturados por estes oficiais, incidindo também na formação, linguagem, ambiente social, clientela, oficinas, técnicas jurídicas e jurisdição.

Portanto, a nossa proposta de investigação concebe o estudo notarial em duas perspectivas diferentes: a prática notarial e a actividade notarial. O estudo da prática notarial, como parte envolvida da História do Notariado, tem por objecto compreender o notário no trabalho, ou seja, de se debruçar sobre as múltiplas e diversas modalidades da sua profissão. O estudo da actividade notarial não reflectirá tanto sobre o notário, mas sobre o produto resultante da sua actividade notarial: os actos notariais, considerados na sua globalidade enquanto fontes históricas. Consiste, portanto, no estudo da representatividade do *corpus* sobre o qual se apoia o nosso estudo, em medir a ocorrência, medir o volume, ritmo ou fluxo (diário, semanal, mensal, sazonal, anual) e a composição (em função dos diferentes tipos de actos e contratos) dos actos escriturados por estes agentes<sup>1</sup>. Desta maneira, dividiremos o trabalho em duas partes.

A primeira será sobre “Os Homens” e visará o conhecimento dos tabeliães públicos régios no Porto, começando naturalmente pela identificação dos indivíduos, mas não se limitando a ela, dado que se pretende dar a conhecer as ligações familiares e profissionais destes oficiais às elites municipais e aos principais grupos sociais da cidade. Sendo detentores de “*fides publica*” conferida pelo rei, não poderemos descurar a sua ligação ao exercício de cargos relacionados com a representação régia na cidade e arredores. De facto, a partir do século XIV, as matérias de governo ganham progressivamente uma complexidade acrescida que exigia a presença de “especialistas” na gestão do quotidiano do reino. O processo de acentuada burocratização e departamentalização de cargos e funções com competências específicas, especialmente no âmbito da escrita, reforçou ainda mais o papel do tabelião como oficial público, com poder significativo no plano interno<sup>2</sup>. A centúria de 1400 é um período de acentuada modernização do aparelho governativo português, a qual vinha sendo lançada já desde finais do século XIV para se aprofundar ao longo da primeira metade do século XV. O ordenamento da administração pública exigia uma burocracia mais extensa de vários pontos de vista, o que afectou directamente o tabelionado, que é, também ele, objecto de especializações (das audiências, do paço, do crime, do cível...).

Igualmente importante será analisar a sua presença nas sessões camarárias, e o seu papel nas diversas situações aí discutidas. O facto de exercerem uma profissão que só estava ao alcance de um número muito reduzido de homens, acarretou-lhes importância social, a que não era alheio o património que iam acumulando e gerindo da melhor forma. Procurar-se-á saber até que ponto os tabeliães estiveram relacionados com o tráfego marítimo que tinha na cidade do Porto quatrocentista um ponto nevrálgico. Particularmente pertinente será o conhecimento da organização profissional dos tabeliães públicos do rei, detectando possíveis oficinas de escrita, e determinando a sua articulação com escrivães jurados e com outros agentes de escrita, como sejam os notários episcopais. Estaremos particularmente atentos ao modo como estes oficiais adquiriam a sua formação, até porque, por um lado, para além da escrita de actos de natureza extrajudicial (v.g. negócios e actos administrativos), era da sua responsabilidade alguma escrituração “in iudicio”, pelo que a ligação ao mundo do Direito seria fundamental. Por outro, os tabeliães do Porto, instituídos unicamente pelo Rei e de presença obrigatória em todas as escrituras públicas, são tidos também como a

---

<sup>1</sup> Jean Luc Laffont, “Problèmes et enjeux d’analyse historique de l’activité notariale”, *Problèmes et méthodes d’analyse historique de l’activité notariale XV-XIXe : actes / Colloque de Toulouse tenu dans le cadre de la Chambre départementale des Notaires de la Haute-Garonne ; sous la direction de Jean L. Laffont*. (Paris : Presses Universitaires du Mirail, 1991.): 17-29.

<sup>2</sup> Armando Luís de Carvalho Homem e Maria Isabel N. Miguéns de Carvalho Homem, “Lei e poder concelhio: as posturas. O exemplo de Lisboa (sécs. XIV-XV) (primeira abordagem)” *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA Porto*, III Série, vol. 7(2006): 35-50.

garantia da lei e da temporalidade proclamadas pelo poder régio<sup>1</sup>, possuindo dessa forma uma verdadeira posição de *guardiães da lei*.

A segunda parte será sobre “Os documentos”. Segundo José Bono o notário é uma *persona publica* pois desempenha um ofício de utilidade pública que é o de escrever instrumentos públicos (documentos notariais, judiciais ou com selo autêntico). Essa função inclui a outorga de documentação de natureza judicial (a mando do juiz) e/ou extrajudicial (a pedido das partes). Portanto, o documento notarial é aquele cuja criação se realiza pela pessoa que o ordenamento jurídico estabelece para tal tarefa, pois este é entendido como uma função pública de autenticação documental.

A Diplomática Notarial e a História do Direito Notarial são duas disciplinas independentes que tratam o documento notarial. Na concepção diplomática, o documento notarial é um escrito declarativo, e na jurídica é um escrito vinculante. Ambas as disciplinas pretendem dar uma explicação crítica do documento na sua evolução histórica. A diplomática notarial é a explicação crítico-formal do documento na sua evolução histórica, ou seja, a crítica da composição do texto documental formalizado pelo notário; e a História do Direito Notarial é a explicação crítico-material (do conteúdo) do documento na sua evolução histórica, ou seja, a explicação da formulação do negócio, tal como resulta da sua expressão escrita<sup>2</sup>.

A nossa intenção é a de elaborar uma análise crítica e diplomática aos dados do conjunto dos documentos que constituem o acervo documental do nosso estudo. A informação que esses mesmos textos fornecem para o tratamento do tema do tabelionato na cidade do Porto permitem conhecer não só o trabalho da escrita, mas também a identificação dos homens, a(s) forma(s) do seu ofício, a sua inserção na sociedade medieval portuense, e as ligações que possam existir entre eles. Portanto, analisaremos a documentação produzida pelos tabeliães públicos, procurando conhecer os formulários que lhes serviram de base. Tomaremos nota de todas as referências que possam surgir relativas a Livros de Notas<sup>3</sup>, ou de simples registo dos actos lavrados. O estudo da tipologia documental e das fórmulas notariais também será alvo de estudo, não esquecendo a evolução desses mesmos formulários e as suas consequências práticas no exercício da actividade notarial. Não nos iremos debruçar sobre o ponto de vista paleográfico, já que a evolução gráfica por parte dos tabeliães públicos do Porto já foi desenvolvida por Maria João Silva<sup>4</sup>.

Dos 1075 instrumentos públicos que constituem o *corpus* documental em análise, procedemos à sua classificação e análise tipológica mediante um critério específico, que recai sobre a distinção de fórmulas contratuais, mediante o tipo jurídico de cada documento<sup>5</sup>. Optamos por nos referir a “actos” ao invés de “documentos”, para efeitos de contagem, visto cada documento poder comportar vários actos, como é o caso, por exemplo, das públicas-formas, traslados de vários documentos, sentenças, etc.

A nossa investigação tem como objectivo identificar os agentes da escrita e a sua organização, articulação, hierarquia e sucessão, bem como o desenvolvimento das práticas notariais. A partir de documentação inédita e publicada, procuraremos analisar o papel dos tabeliães no mundo urbano, relacionar a sua actividade e respectivo impacto nas estruturas administrativas, económicas e sociais da cidade e do reino. Desta maneira,

---

<sup>1</sup> Margarida Garcez Ventura, *Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1385-1450)*, (Lisboa: Colibri, 1997): 558.

<sup>2</sup> José Bono Huerta, "Diplomática Notarial e Historia del Derecho Notarial", *Cuadernos de Historia del Derecho*, 3, (1996): 177-190.

<sup>3</sup> De facto, existem poucas referências a Livros de Notas de tabeliães no século XV. Veja-se *Livro de Notas de Lopo Vasques, Tabelião do Julgado de Refojos de Riba de Ave (1458-1459, 1469)*, org. João José Alves Dias e Pedro Pinto (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2014).

<sup>4</sup> Silva, *A escrita na Catedral*, 259-72. Segundo esta autora até ao século XV, no Porto, assistimos à transição da escrita carolina goticizada para a gótica cursiva fracturada, e gótica cursiva fracturada formata, até à gótica bastarda

<sup>5</sup> Semelhante critério foi utilizado para a classificação de tipologia no estudo de documentação notarial em Nogueira *Tabelionato e instrumento público*, 127-130 e 460-462; como também por Coelho, “Os tabeliães em Portugal”, 28-29 e 33-39.



a dispersão das fontes a utilizar implicou a aplicação de um método de trabalho previamente definido, embora flexível, assim como a realização de uma base de dados com campos bem estruturados que permita a sistematização da informação, facilitando deste modo o ulterior tratamento e interpretação.

A metodologia adoptada tem sido o levantamento prosopográfico das referidas fontes e a sua inserção num quadro estruturado em dois módulos “Notário” e “Documento”, na base de dados que efectuamos no início da nossa investigação. O primeiro módulo consiste em 7 campos onde consta informação relativa à identificação do indivíduo, e o segundo em nove campos sobre os dados documentais, incluindo ainda quatro subcampos que dizem respeito a quatro fórmulas diplomáticas “Invocação”, “Notificação”, “Cláusula penal”, e “Forma de redacção”. O assentamento na referida base de dados possibilita não só o apontamento de informação, mas também facilitará a pesquisa através de filtros por perfil e/ou documento(s) permitindo valorizar e comparar elementos, nomeadamente aquando da redacção final da dissertação. O quadro documental reportar-se-á, naturalmente, às fontes primárias inéditas e publicadas<sup>1</sup>. Por esta razão, a concretização deste projecto implica deslocações a vários arquivos para recolha de documentação, nomeadamente, em Lisboa, ao Arquivo Nacional da Torre do

---

<sup>1</sup> AMARAL, Luís Carlos - Subsídios documentais para o estudo da propriedade imobiliária no concelho do Porto medieval. In Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. Porto: Câmara Municipal. 2<sup>a</sup> Série, Vol. 5/6 (1987-1988), p. 55-132.; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos - As gavetas da Torre do Tombo. Lisboa : Centro de Estudos Históricos, 1960-1977; Chancelarias portuguesas: D. João I. Org João José Alves Dias Lisboa: Universidade de Nova Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 2004-2006; Chancelarias portuguesas: D. Duarte. Org João José Alves Dias. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 1998-2002.; Corpus codicum latinorum eorum qui in archivio municipali portucalensi asservantur antiquissimorum: PORTO: Curiae Municipalis editum. 1891-1917.; Cortes portuguesas : reinado de D. Duarte : (Cortes de 1436 e 1438). Lisboa : Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 2004; Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua história. pub. e pref. por João Martins da Silva Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica. 1988.; Documentação Medieval do Arquivo Paroquial de S. Pedro de Miragaia, ed. Luís Miguel DUARTE e Luís Carlos AMARAL, sep. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, 2<sup>a</sup> série, vol. 1, Porto, 1984.; MELO, Arnaldo Sousa; DIAS, Henrique; SILVA, Maria João Oliveira e - Palmeiros e Sapateiros: A Confraria de S. Crispim e S. Crispiano do Porto; Monumenta Henricina. Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da morte do Infante D. Henrique. 1960-74. Vols 1- 13. (páginas 22 a 26); Monumenta Portugalia Vaticana. Porto: Livraria Editorial Franciscana. Vols. 1,2 e 3. 1968-70; Ordenações Afonsinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. 1-5.1984; "Vereações", anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo. Comentários e notas de A. de Magalhães Basto. Porto: Câmara Municipal, 1972.; Vereações: anos de 1401-1449 : o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo. Comentário e notas de J. A. Pinto Ferreira. Porto : Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade.; Vereações: 1431-1432 : Livro I. Porto : Arquivo Histórico. Leitura, Índices e Notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte. Porto: Câmara Municipal, 1985.

Tombo<sup>1</sup>, e, no Porto, ao Arquivo Distrital<sup>2</sup>, ao Arquivo Histórico Municipal<sup>3</sup> e ao Arquivo Histórico da Misericórdia.<sup>4</sup>

Conclusivamente no final do nosso projecto de investigação pretendemos ter resposta para as seguintes questões:

- Saber quem eram os tabeliães públicos do rei no Porto e estabelecer cronologias de actividade notarial;
- Conhecer as suas famílias e a extensão do seu património;
- Identificar as suas redes clientelares e as suas ligações ao poder concelhio e régio;
- Determinar o seu papel na hierarquia urbana;
- Detectar a sua formação escolar, procurar explicar conjunturas e modificações nas práticas notariais, e estudar a eventual existência de oficinas;
- Saber de que forma a documentação notarial foi utilizada para a construção da memória das instituições (e o percurso da informação);
- Conhecer as circunscrições do exercício da actividade notarial (circuitos de escrita dos tabeliães) e perceber a sobreposição geográfica de algumas delas;
- Fazer um estudo diplomático da documentação produzida por cada um destes indivíduos, identificando tipologias e formulários documentais.

---

<sup>1</sup> IAN/TT, Ordem de Cister, Mosteiro de Arouca; IAN/TT, Ordem de São Bento, Santa Maria de Tarouquela, IAN/TT, Ordem de São Bento, Santo André de Ancede, IAN/TT, Ordem de São Bento, São Bento de Avé Maria do Porto, IAN/TT, Ordem de São Bento, São Cristóvão de Rio Tinto, IAN/TT, Ordem de São Bento, São João de Alpendorada, IAN/TT, Ordem de São Bento, São Pedro de Pedroso, IAN/TT, Ordem de São Bento, São Salvador de Tuías, IAN/TT, Ordem de São Bento, São Salvador de Vairão, IAN/TT, Cartório do Cabido da Sé de Coimbra 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Incorporação

<sup>2</sup> ADP, Irmandade de São Crispim e de São Crispiano, ADP, Livros dos Originais, ADP, Livros das Sentenças, ADP, Santo André de Ancede, ADP, São Bento da Vitória, ADP, São Domingos, ADP, Santo Elói, ADP, Santo Estêvão de Vilela, ADP, São Francisco, ADP, São Gonçalo de Amarante, ADP, São João de Alpendorada, ADP, São João da Foz, ADP, S. Miguel de Bustelo de Penafiel, ADP, São Pedro de Miragaia, ADP, São Pedro de Roriz de Santo Tirso, ADP, São Salvador de Grijó, ADP, São Salvador de Paço de Sousa, ADP, Vila Cova de Sandim.

<sup>3</sup> AHMP, Colecção Brandão Pereira, AHMP, Colecção João Martins Ferreira, AHMP, Colecção Germano da Silva, AHMP, Vereações, Livros 3, 4, 5 e 6.

<sup>4</sup> Arquivo Histórico da Misericórdia do Porto, Administração de vários legados; Copiador de Prazos Antigos, tomo 1. Cópia de Pergaminhos.; Copiador de Prazos Antigos, tomo 2. 1426-1545. Cópia de Pergaminhos.; Tombo do Hospital do Rocamador Livros n<sup>o</sup> 1 e n<sup>o</sup> 2;